



## Bairro do Restelo: Bairro(s) Lisboaeta que anuncia um somatório de experiências de urbanismo (sustentável)

Patrícia Bento d'Almeida, Teresa Marat-Mendes

DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa ISCTE-IUL

Av.ª das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Telefone: Tel.: +351 217 903 000

[teresa.marat-mendes@iscte-iul.pt](mailto:teresa.marat-mendes@iscte-iul.pt), [patricia.bento.almeida@iscte-iul.pt](mailto:patricia.bento.almeida@iscte-iul.pt)

### Resumo

O território que hoje denominamos de Restelo, é testemunho de distintos ensaios urbanísticos ocorridos ao longo do século XX, num só lugar de Lisboa. O “Bairro”, resultante do somatório várias “partes de bairros”, representa mais de cinquenta anos de oportunidades oferecidas a Urbanistas e Arquitectos Portugueses para colocarem em prática modelos de cidade criados além-fronteiras, sendo uns teóricos e outros já previamente experienciados. Assim, na encosta tardoza do Mosteiro dos Jerónimos, é possível identificar a influência da Cidade Jardim, por via do Arquitecto-Urbanista João Guilherme Faria da Costa e do *Institut d'Urbanisme* de Paris, onde se diplomou, mas também se reconhecem *boulevards* de inspiração Parisiense, enquadrados pelo Rio Tejo e por um número de Monumentos Nacionais, e a vontade de ensaiar a Modernidade trazida por de Le Corbusier e pela Carta de Atenas. A partir dos anos sessenta, com o advento da investigação científica em Arquitectura e Urbanismo no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, vários foram os contactos estabelecidos entre os seus investigadores e homólogos centros de investigação internacionais. A influência que estes tiveram sobre os Arquitectos-investigadores Portugueses refletiu-se nos subsequentes trabalhos desenvolvidos em profissão liberal, particularmente no próprio Restelo, pela mão do Arquitecto Nuno Portas que, com Nuno Teotónio Pereira, desenvolveu o Plano de Pormenor de “um dos bairros”. Referimo-nos em concreto à experimentação volumétrica de diferentes soluções urbanas como resposta ao problema da densidade. Designadamente um regresso à cidade tradicional, à substituição da construção em “altura” por uma construção de “baixa altura”, dando resposta ao contemporâneo diagrama de Fresnel de Lionel March e Leslie Martin. O Restelo integra visivelmente uma mão cheia de contributos da História da Arquitectura, do Urbanismo e da Investigação Científica em Arquitectura e Urbanismo em Portugal. Passados 80 anos da primeira intervenção urbana, o Restelo representa hoje um dos bairros mais carismáticos do urbanismo Português do século XX, pois testemunha ainda hoje problemas que afetam muitas outras cidades e colocam em causa a sustentabilidade socioeconómica e ambiental. Esta apresentação identifica e analisa os modelos urbanos aplicados na evolução do Restelo e consequentemente promove uma leitura sobre os eventuais impactos que estes têm ao nível das questões socioeconómicas e ambientais na atualidade, no sentido de promover uma leitura de soluções para a sua desejável sustentabilidade urbana.

### Palavras-chave

cidade jardim; cidade moderna; torres habitacionais; cidade tradicional; sustentabilidade.



## 1. Introdução

O presente artigo promove uma análise ao bairro denominado de *Restelo* (Figura 1), território urbanizado desde o início da década de 1940 e que corresponde a cerca de 300 hectares localizados no limite ocidental da cidade de Lisboa. Oferece-se ao leitor um olhar sobre os mais relevantes projetos urbanos propostos para aquele território, tendo em consideração os diferentes usos do solo. Neste sentido, este artigo apresenta essencialmente as relações entre espaço edificado, não edificado e tipologias de uso referentes às áreas livres, contribuindo para um melhor entendimento dos distintos modos de vida dos seus habitantes. Complementarmente, caracterizam-se as diversas tipologias e respetivas funções atribuídas às áreas livres identificadas. Importa demonstrar quais as propostas de uso do solo sugeridas pelos projetistas e, ao mesmo tempo pelos cidadãos, nomeadamente no que respeita a áreas livres (particularmente, para as funções produtiva e/ou lazer) e a áreas construídas (particularmente, para as funções habitação e/ou eixos viários).

O presente artigo -se à introdução estrutura-se em cinco partes. Segue a apresentação do primeiro modelo urbano projetado para a Encosta da Ajuda que, no entanto, foi parcialmente construído, tendo sido sujeito a alterações de desenho urbano uma década depois de se ter dado início ao processo de urbanização. Cabe à terceira parte oferecer ao leitor uma apresentação breve das mais importantes alterações urbanas projetadas para aquele mesmo território, durante as décadas de 1950 e 1960, designadamente sob influência da Carta de Atenas. Nesta fase, em oposição às fases projetadas e construídas anteriormente, projetaram-se edifícios em altura no Restelo, com o intuito de dar resposta à falta de habitação que se fazia sentir à época na cidade de Lisboa. A quarta parte trata a intervenção urbana ocorrida durante a década de 1970 e que vai procurar recuperar a escala da cidade tradicional, conjugando numa mesma moradia de habitação com edifícios de habitação de baixa altura. Finalmente, a última parte expõe as principais conclusões obtidas.



**Figura 1.** Vista aérea do Restelo.  
Fonte: Google Earth.

## 2. O processo de urbanização da Encosta da Ajuda

Em 1938, quando o Arquitecto João Guilherme Faria da Costa (1906-1971), por ordem do Engenheiro Duarte Pacheco<sup>6</sup> (1900-1943), deu início ao desenvolvimento do *Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda* havia já desenvolvido o *Plano de Arranjo, Embelezamento e Extensão da Cidade da Figueira da Foz e sua Região* (1935) (Costa 1937), trabalho que apresentou como prova final de especialização em urbanismo, curso desenvolvido no prestigiado *Institut d'Urbanisme* de Paris (1937). Este trabalho revela-se importante na medida em que nele foi identificado não só um “Relatório Geral”, do qual sabemos constar um estudo das características antropogeográficas com a descrição geográfica física (solo, águas e clima) e demográfica (população e seu estado sanitário), bem como o “Plano de Arranjo, Embelezamento e Extensão”, designadamente com a identificação dos “espaços livres e reservas para edifícios públicos” e das áreas de “conservação das partes pitorescas, locais e monumentos urbanos” para a Figueira da Foz. Embora para a Encosta da Ajuda o mesmo tipo de documentos ainda não tenha sido localizado, poder-se-á dizer que, provavelmente, Faria da Costa terá elaborado o Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda, em 1938, à semelhança do processo elaborado para o Plano da Figueira da Foz. Assim, procuraremos dar a conhecer neste artigo como foi ocupado o território vizinho ao Palácio Nacional da Ajuda (XVIII), originalmente agrícola<sup>7</sup> e que viria a receber o Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda, mais tarde designado de Bairro do Restelo.

<sup>6</sup> Ministro das Obras Públicas (1932-1936 e 1938-1943) e presidente da Câmara Municipal de Lisboa (1938-1943).

<sup>7</sup> Conforme registado no *Levantamento da Planta de Lisboa* conduzido entre 1904 e 1911 por Júlio António Vieira da Silva (1860-?). Ver Marat-Mendes, T., D'Almeida, P. B. & Mourão, J. (2015) A legenda do levantamento da Planta de



Com o objetivo de adquirir o mais rapidamente possível os terrenos agrícolas e o casario edificado na Encosta da Ajuda, o Estado Português serviu-se do recentemente instituído Decreto-Lei Nº 28.797, de 1 de Julho de 1938, para tornar possível a expropriação dos terrenos e das edificações por utilidade pública para a necessária execução das obras e melhoramentos projetadas. Segundo a previsão apontada pelo Arquitecto Étienne de Gröer (1882-1952) aquando do desenvolvimento do *Plano de Urbanização e Expansão de Lisboa* (1948), a Encosta da Ajuda estaria destinada a receber 36.000 habitantes<sup>8</sup>, maioritariamente distribuídos em moradias unifamiliares, tipologia de habitação desejada por uma população sem dificuldades financeiras que ali queria ver construída a sua “moradia de sonho”. Assim, procurando colocar em prática o modelo de Cidade Jardim defendido por Ebenezer Howard (1950-1928) e à semelhança do edificado em Letchworth (1902), Faria da Costa, aproveitou a pendente da encosta para projetar ruas arborizadas e curvilíneas apontadas ao rio Tejo, enquadradas por monumentos nacionais que definem os enfiamentos dos principais arruamentos, particularmente a Torre de Belém (XVI) e a Capela de São Jerónimo (XVI). A divisão do terreno em lotes, posteriormente vendidos em hasta pública, pretendia possibilitar a construção de moradias de generosa dimensão para uma classe de burgueses e intelectuais. Regidos por semelhantes “condições especiais de alienação”, no início da década de 1940 começam a surgir na encosta “moradias apalaçadas”, com resquícios tradicionalistas, a par de outras onde se ensaiou a modernidade. Circundadas por áreas livres destinadas a jardim, se numas era possível encontrar, junto da estrada que lhes dá acesso, terreno relvado ou plantado com vegetação de baixo porte para melhor visualização da casa, noutras, elevou-se o volume total ou parcialmente em pilotis e destinou-se a cobertura para usufruto dos seus habitantes. Fosse qual fosse o modelo arquitetónico seguido pelos Arquitectos que projetaram cada uma destas casas, aos extensos programas da habitação<sup>9</sup>, foram também solicitados anexos destinados a animais domésticos (galinhas e coelhos, etc.) ou ao cultivo de alimentos (estufas, anexos de apoio jardinagem, etc.), para contemplação ou subsistência familiar (Figuras 2 e 3).

Situação semelhante é verificada no denominado Bairro Económico do Restelo, localizado dentro do perímetro urbano do Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda. Este bairro económico resulta do *Estudo do Projeto do Aglomerado de Casas Económicas da Encosta da Ajuda* (1947-1952), desenvolvido após a inesperada morte de Duarte Pacheco. Este bairro previa a edificação de mais de quatro centenas

---

Lisboa do Engenheiro Silva Pinto, in I. M. Viegas & M. Gomes (2015) *Arquivo Municipal de Lisboa: Um Acervo para a História*. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa/Câmara Municipal de Lisboa, 275-287. <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/eventos/conferencias-jornadas/conferencias-coloquios/um-acervo-para-a-historia-ii/livro-de-comunicacoes/> (acesso 17/06/2019).

<sup>8</sup> Cf. Plano Diretor, Distribuição da população na Cidade segundo a previsão do Arquitecto De Gröer feita em 1948, AML-NAC, PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/209, Desenho Técnico Nº 10.065, 1954.

<sup>9</sup> Que incluíam: hall, sala de visitas, saleta, escritório, sala de jantar e/ou sala comum, cozinha, dispensa, arrecadação, ginásio, garrafeira, quartos e instalações sanitárias.



e meia de casas-tipo<sup>10</sup>, económicas, contíguas e alinhadas, destinadas a oferecer condições de vida igualitárias a funcionários públicos e suas famílias, assemelhando-se a alguns dos modelos urbanísticos alemães, particularmente à colónia de Dammerstock (1928) projetado por Walter Gropius (1883-1969). Com o salário mensal adquirido por estes trabalhadores do estado<sup>11</sup>, estas casas eram adquiridas num regime de 240 prestações mensais por um período de 20 anos. Assim, respeitando a imagem domestica ambicionada pelo Estado, estas “casinhas portuguesas”, com áreas exíguas e programa que contemplava sala, cozinha, instalação sanitária e quartos consoante o numero de filhos, distribuído por dois pisos, exibiam nas traseiras do lote um quintal plantado com árvores de fruto e cultivos, bem como uma capoeira construída segundo projeto-tipo (Figura 3).

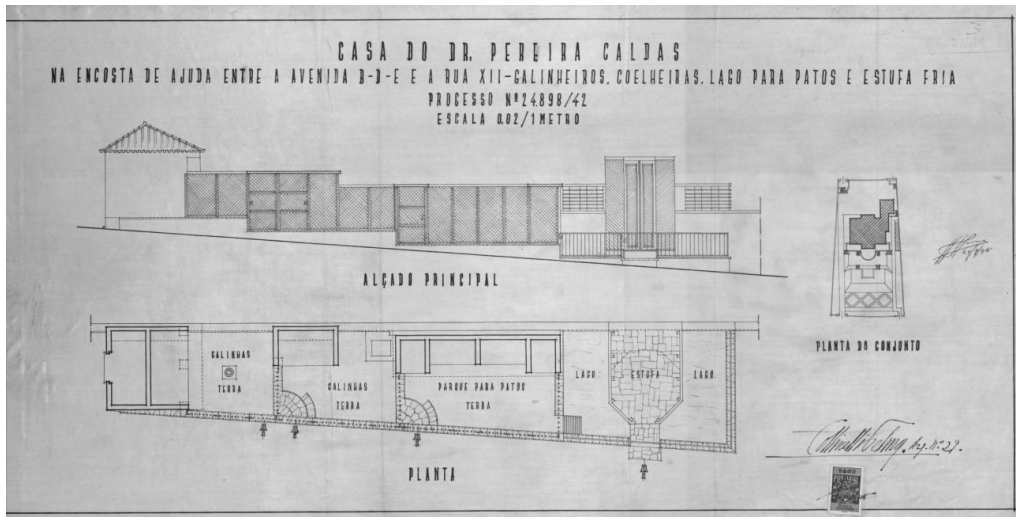
A Encosta da Ajuda assistia assim a propostas de projetos de elementos construtivos, geralmente atribuídos a ambientes rurais, contudo aqui inseridos no mais novo e moderno bairro da cidade de Lisboa. Cada um destes elementos construídos, bem como os espaços livres onde estes se localizam, cumpriam funções ecológicas e produtivas dependentes do acesso ao recurso hídrico. O acesso à água para rega dos cultivos e dos jardins, bem como para dar de beber aos animais, era maioritariamente proveniente de furos e poços construídos para o efeito, à data da urbanização, à semelhança do que existia em outras zonas da cidade e da região de Lisboa (Marat-Mendes et al. 2016). Testemunhamos assim o recurso a práticas agrícolas e de produção animal à escala doméstica, num bairro de habitação urbana.

As práticas acima referidas denotam preocupações ecológicas por parte dos habitantes e dos projetistas, embora de forma não consciente. Saliente-se que naquele momento a população não estava propositadamente a responder a preocupações relacionadas com a sustentabilidade, designadamente segundo os parâmetros atuais definidos (UN General Assembly 2015).

---

<sup>10</sup> Classes C e D, conforme Decreto-Lei nº 33.278 de 24 de Novembro de 1943.

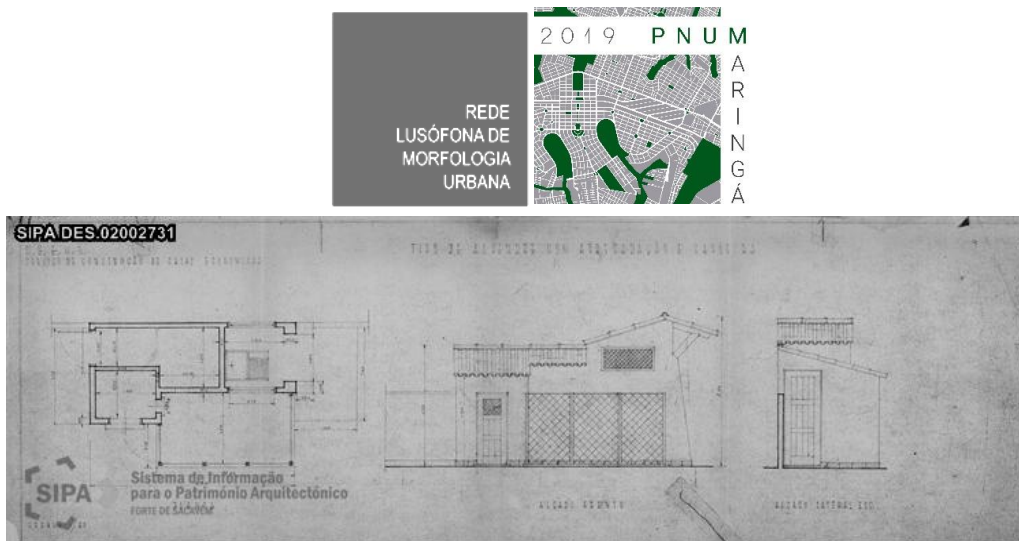
<sup>11</sup> Em 1943 compreendido entre 1.500\$00 e 3.000\$00, aproximadamente 7.5€ e 15€ (Batista 1996, 375).



**Figura 2.** Galinheiro, coelheira, lago para patos e estufa-fria da moradia localizada na Rua de Alcolena Nº 23/Avenida do Restelo Nº 26. Cottinelli Telmo (licenciamento 1941-telas finais 1945).  
 Fonte: AMLNI, Obra Nº 42900, Processo Nº 28772/945, f. 3, 1945.



**Figura 3.** Aviário da moradia localizada na Rua Alto do Duque Nº 45. Victor Palla e Bento d'Almeida (licenciamento 1949-telas finais 1952).  
 Fonte: © Henrique Feist, Col. Família Feist.



**Figura 4.** Alpendre-tipo com arrecadação e capoeira para as moradias do aglomerado de casas económicas da Encosta da Ajuda, J. G. Faria da Costa (1947).

Fonte: Cota: NP31 PT 131, IPA.00017545. IHRU/SIPA, Arquivo de João Guilherme Faria da Costa.

### 3. Edificando em altura na Encosta da Ajuda

A construção das moradias unifamiliares, quer fossem as onerosas ou as económicas, foi interrompida aquando da formação do Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU, 1954) da Câmara Municipal de Lisboa, responsável pela elaboração do *Plano de Urbanização do Restelo* (c. 1954) e pelo seu ajuste com o desenvolvimento do plano de *Reajustamento da 2ª Fase da Encosta do Restelo* (1959) por parte dos Arquitectos Pedro Falcão e Cunha (n.1922) e José Sommer Ribeiro (1924-2006). Nesta fase, de modo a responder à falta de habitação que a capital assistia e em fiel resposta às orientações dadas pela Carta de Atenas (1933), projetaram-se para a zona noroeste da Encosta da Ajuda, naquela altura designada de Encosta do Restelo, edifícios de habitação plurifamiliar em banda, isolados e elevados em relação ao terreno. Estes edifícios foram implantados de modo a usufruir da mais favorável exposição solar e afastados dos eixos viários que lhes estão contíguos para disponibilização de áreas livres de lazer e ajardinadas. Se são inequívocas as semelhanças que o Plano de Urbanização do Restelo mostra em relação ao plano de Roehampton (1952-1959), estas aplicam-se particularmente no plano urbano projetado, pois o resultado edificado acabou por não cumprir integralmente o definido<sup>12</sup>.

No esquema funcional da Cidade Moderna – habitar, trabalhar, passear e circular –, o sol, o verde e o espaço haviam que ser aproveitados (Kanashiro 2004), sobretudo respeitando o manifestado no CIAM 4 (1933). A nova proposta urbana não oferecia lugar para estufas, nem para aviários e galinheiros, ao contrário da situação identificada na proposta de Plano Urbano datada de 1938. Assistimos assim a uma transição cultural, que denota o abandono de preocupações de ordem ecológica, mesmo que involuntárias.

<sup>12</sup> Designadamente no *Estudo do Conjunto Arquitectónico e Arranjo Urbanístico do Pormenor do Terreno Junto à Rua CG* (1962), projetado pelo arquitecto Ruy António da Silveira Borges (1916-1978), e no *Plano de Urbanização do Restelo - Célula C* (1966), projetado pelo arquitecto João Manuel Alves de Sousa (n. 1925) (D'Almeida 2015).



Respondendo à vontade de Le Corbusier (1887-1965), as novas superfícies de áreas livres que seriam igualmente adotadas nos bairros modernos de Lisboa, deveriam servir “fins nitidamente definidos: que tenham jardins para crianças, escolas, centros de juventude e todos aqueles edifícios de uso comunitário intimamente ligados à habitação” (Dias e Dias 1993, 46).

No cume da encosta, “paredes meias” com o Parque Florestal de Monsanto, o Arquitecto Francisco Zinho Antunes (1921-2002) e o Engenheiro Eurico Ferreira Gonçalves (1916-2005) desenvolveram uma proposta para o *Plano de Urbanização do Alto do Restelo* (1964), destinando ao alargamento da área habitacional pré-existente no Restelo. Este novo plano urbano, que teve como principal fator a ter em conta “a existência de uma panorâmica a explorar” (D’Almeida 2013, 155), traduziu-se na construção de edifícios-torre (até 12 pisos), ligados por corpos de baixa altura (de 1 a 3 pisos), permitindo a livre circulação de peões, protegidos da ação climática (sol, chuva). Estes corpos de baixa altura destinavam fundamentalmente “a garagem ou estacionamento, comércio quotidiano, artesanato ou em alguns casos, também, para habitação” (D’Almeida 2013, 156). Esta mudança de escala foi primeiramente experimentada pelos Team X<sup>13</sup> (1953-1984), grupo de Arquitectos preocupado em rever a Carta de Atenas para melhor responder às relações humanas com o espaço do habitar e do coletivo. Em Golden Lane (1952) os Smithson vão definir um espaço para os cidadãos no interior dos edifícios, separando, a diferentes níveis, a circulação viária da pedonal. No Restelo, estes novos espaços urbanos destinavam-se a locais de encontro da comunidade e de recreio para as crianças. Em redor das torres, dada a intrincada distribuição de eixos viários, os espaços verdes vieram a ocupar os lotes de terreno sobrantes. Como se verifica, estes espaços também não vieram a ser explorados por parte da população nem dos seus projetistas com funções produtivas (agrícolas ou de produção animal), conforme verificado na zona sul da encosta.

#### 4. Recuperando a imagem da cidade tradicional

De modo a travar o efeito negativo que as torres criavam no topo da Encosta da Ajuda, demarcando-o do território vizinho, o recém-chegado Presidente da Câmara (1970-1972), Fernando Augusto Santos e Castro (1922-1983), interrompeu o processo de expansão do Plano de Urbanização do Alto do Restelo para sul<sup>14</sup> e chamou uma nova equipa de Arquitectos para desenvolver o Plano e Pormenor da zona do Restelo (1970-1972). Procurando manter a densidade populacional previamente prevista no Plano de Urbanização do Alto do Restelo, os Arquitectos Nuno Portas (n. 1934), Nuno Teotónio Pereira (1922-1916) e João Paciência (n. 1943), chamados a elaborar este novo plano urbano, procuraram recuperar a

<sup>13</sup> Formado por Alison (1928-1993) e Peter Smithson (1923-2003), Jaap Bakema (1914-1981), Georges Candilis (1913-1995), Aldo Van Eyck (1918-1999), Giancarlo di Carlo (1919-2005) e Shadrach Woods (1923-1973).

<sup>14</sup> *Estudo do Plano da 2ª Fase da Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda*, F. Zinho Antunes e E. Ferreira Gonçalves, s.d. (c. 1966).





imagem da cidade antiga, designadamente da forma urbana verificada nos quarteirões alongados do bairro da Lapa em Lisboa, orientando as ruas do Restelo na direção do Rio Tejo. Assim, como se verifica, a solução apresentada revela influência dos estudos conduzidos no Centre for Land Use and Built Form Studies (Cambridge), particularmente por Leslie Martin (1908-1999) (Martin 1966) e por esse autor com Lionel March (1934-2018) (Martin e March 1975), cujo conhecimento atribuímos à participação ativa e simultânea de Nuno Portas no grupo de Arquitectos-investigadores da Divisão de Construção e Habitação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil<sup>15</sup> (LNEC).

Numa tentativa de manter a densidade populacional, respeitando a “alta densidade/baixa altura” (Portas 2004, 56), a grelha agora proposta para o Restelo – “geradora da cidade” (Martin 1972) – veio agregar, num mesmo quarteirão, moradias unifamiliares e bifamiliares em banda em alternância com blocos de habitação coletiva, travessas, escadinhas, logradouros e jardins. Conforme testemunhou Nuno Portas, houve que “transformar as ‘vias’ em ‘ruas’ direitas ou os ‘espaços entre’ em pátios coletivos de quarteirão” (Portas 2005, 77). Recuperou-se a noção de quarteirão e de espaço público, ao mesmo tempo, recuperaram-se também os logradouros privados, em muitos casos ocupados com jardins de cultivo para proveito dos próprios moradores.

Entre os espaços (verdes) destinados à ocupação dos tempos livres, o plano previu também a construção do Jardim dos Moinhos<sup>16</sup>, localizado na encosta nordeste, uma clareira de certa dimensão e de tipo naturalizado que teve como principal função colmatar as carências de áreas para o recreio das crianças. Estava assim projetada uma nova área verde de dimensões generosas na cidade de Lisboa, que hoje ainda apresenta a existência de algumas árvores de fruto, nomeadamente oliveiras e amendoeiras. Assistimos nesta fase a uma nova transformação cultural, que denota o recuperar de funções produtivas tradicionais para o solo em meio urbano, à escala privada e coletiva. Segundo Michel Toussaint, os conceitos tipo-morfológicos utilizados no Restelo remetem para que “o novo não seja radicalmente diferente do antigo, mas sim na sua continuidade” (Toussaint 1994, 317).

---

<sup>15</sup> Nuno Portas entrou para o LNEC em 1962, como arquitecto-investigador da Divisão de Construção e Habitação do Serviço de Edifícios e Pontes, ali se manteve até à Revolução de Abril de 1974, altura em que passou a ocupar o cargo de Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo durante os três primeiros Governos Provisórios (1974-1975).

<sup>16</sup> Entre outros: Prado junto à Avenida das descobertas (espaço para atividades de recreio de jovens), jardim envolvendo o Museu Etnológico (de características acentuadamente urbanas), largo arborizado no Alto do Restelo (com funções de miradouro), praça principal (foco de polarização de atividades terciárias). Ver Plano de Pormenor da Zona Restelo – Estudos Preliminares, Dossier Nº 10: Programa de Uso do Solo, Lisboa, Maio 1971, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/383 – Cota : 325.



Para melhor responder ao Plano de Pormenor do Restelo, analisaram-se no LNEC diversas “formas de agrupamento da habitação” (Cabral 1968), trabalho que permitiu conhecer em profundidade alguns conjuntos urbanos e edificados<sup>17</sup>. Quanto às necessidades dos agregados familiares, sabe-se que também foram tidos em consideração outros estudos previamente elaborados no LNEC, designadamente o *Inquérito-piloto sobre necessidades familiares em matéria de habitação* (Portas e Gomes 1963) e *Funções e exigências de áreas da habitação* (Portas 1969), todos eles estudos técnicos tendentes à melhoria de conceção da habitação urbana. Esta geração de Arquitectos que se dedicou ao estudo de problemas relacionados com o habitar, possibilitou à época uma reflexão do espaço coletivo que teve implicações morfológicas, nomeadamente através da proposta de novas formas e funções urbanas. Algumas destas soluções foram similares a propostas urbanas realizadas internacionalmente, denotando o conhecimento de estudos e metodologias de investigação praticas noutros de centro de investigação de referência. Entre outros, sublinhamos o estudo do sistema urbano, do espaço coletivo e privado e o recurso a equipas multidisciplinares.

---

<sup>17</sup> Nomeadamente da Federação das Caixas de Previdência (Favaios, Benavente, Cabeço de Vide, Chaves, Santo Tirso, Albarraque, Portimão, Barreiro, Ramalde, Guimarães, Covilhã, Balsa e V. N. Gaia).

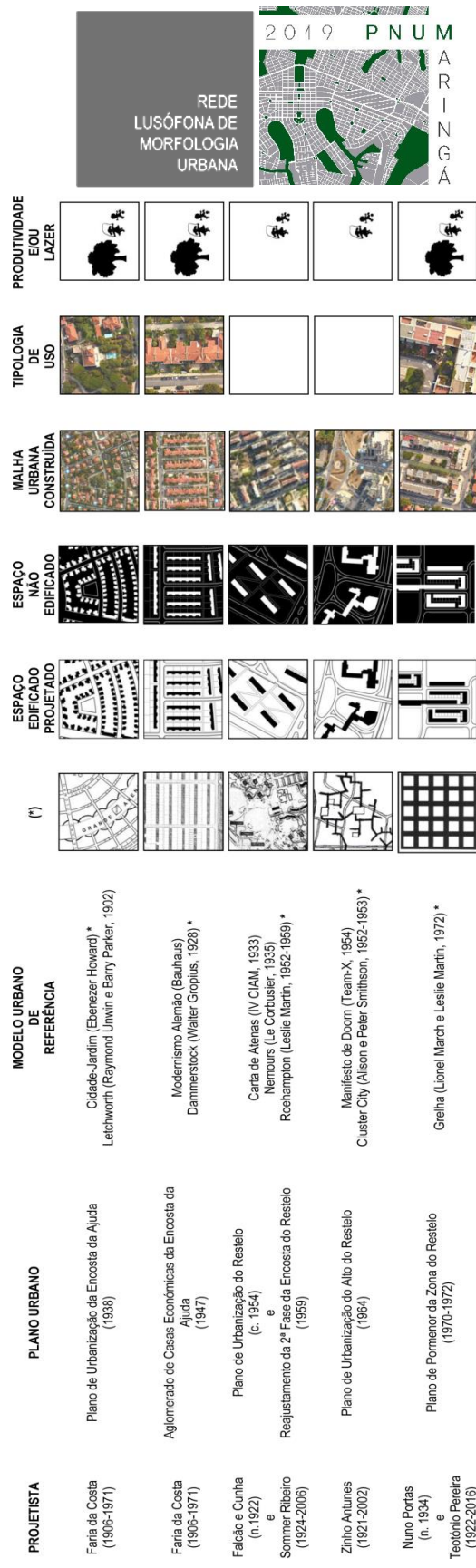


Figura 1. Representação esquemática da evolução urbana do Restelo.  
Fonte: Autor.



## 5. Conclusão

As múltiplas propostas urbanas testemunhadas para o Restelo denotam distintas ocupações do solo. Estas revelam diferentes atitudes do Homem que, por seu lado, certificam também transições culturais verificadas na sociedade. Desde o abandono das preocupações rurais à sua recuperação, o bairro do Restelo é hoje um exemplo de como ações de transformação urbana ocorrem primordialmente no espaço não construído (espaço livre). Nos dias de hoje, perante a urgência da aplicação de um urbanismo de baixo carbono, os espaços ainda livres no Restelo constituem potenciais oportunidades para uma revisão do urbanismo da cidade de Lisboa, para que esta possa cumprir a Agenda da Sustentabilidade (2015). Complementarmente, perante os desafios do Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana, estabelecido em 2015, que Lisboa também assinou, torna-se urgente visitar os princípios que nortearam a construção deste bairro e lhe permitiram assegurar a manutenção dos seus espaços livres, estes potenciais áreas de produção alimentar urbana.

Como verificado, o facto da equipa de projetistas chamada a intervir no Restelo na década de 1970 ter tido um dos seus elementos a trabalhar como Arquitecto-investigador no Laboratório Nacional de Engenharia Civil permitiu tirar partido de trabalhos de investigação relacionados com a temática da habitação ali desenvolvidos. Grande parte destes trabalhos surgiu do contacto estabelecido com investigadores estrangeiros. O conhecimento de novas metodologias de investigação aplicadas internacionalmente foram à época, pela primeira vez, aplicadas em Portugal. A importância que o conhecimento da sociologia tinha para o desenvolvimento destes estudos urbano e arquitetónicos revelou-se fundamental para o exercício de escala e aproveitamento do solo no Restelo.

## Financiamento

O presente artigo foi escrito no âmbito do projeto de pós-doutoramento intitulado “O LNEC e a História da Investigação em Arquitetura” (SFRH/BPD/117167/2016), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia por meio de orçamento nacional e de orçamento comunitário através do Fundo Social Europeu (FSE), informado pelos resultados obtidos no trabalho de Doutoramento realizado por Patrícia Bento d’Almeida (D’Almeida 2013).

O presente artigo foi informado com contribuições do projeto de investigação intitulado SPLCH - Spatial Planning for Change (POCI-01-0145-FEDER-016431), financiado por Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEL) através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020) na sua componente FEDER e por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia na sua componente OE.



## Referências bibliográficas

- AAVV (1974) Dossier Restelo. *Arquitectura*, 130, 11-13.
- Batista, L. A. V. (1996) *A Cidade em Reinvenção. Crescimento Urbano e a Emergência das Políticas Sociais de Habitação. Lisboa Século Vinte*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. <https://run.unl.pt/handle/10362/19971>
- Cabral, B. C. (1968) *Racionalização de soluções de organização de fogos: Formas de agrupamentos da habitação*, Lisboa, LNEC.
- Costa, J. G. F. (1937) A Figueira da Foz. Uma tese admirável do Arquitecto-Urbanista João Faria da Costa, *A Arquitectura Portuguesa*, 31, 11-23.
- D'Almeida, P. B. (2015) *Bairro(s) do Restelo. Panorama Urbanístico e Arquitectónico*, Lisboa, Caleidoscópio Edição.
- D'ALMEIDA, P. B. (2013) *Bairro(s) do Restelo. Panorama Urbanístico e Arquitectónico*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. <https://run.unl.pt/handle/10362/10823>
- Dias, F. S. e Dias, T. S. (1993) *Lisboa: Freguesia dos Olivais*, Lisboa, Guias Contexto.
- Faraud, C. (2017) *Urban metabolism in practice*. DPU WORKING PAPER NO. 186. London: University College London. <https://www.ucl.ac.uk/bartlett/development/sites/bartlett/files/wp186.pdf>
- Kanashiro, M. (2004) Da antiga à nova Carta de Atenas – em busca de um paradigma espacial de sustentabilidade. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 9, 33-37.
- Marat-Mendes, T. (2013) Sustainability and the study of urban form. *Urban Morphology*, 17 (2), 123-124.
- Marat-Mendes, T., D'Almeida, P. B. & Mourão, J. (2015) A legenda do levantamento da Planta de Lisboa do Engenheiro Silva Pinto, in I. M. Viegas & M. Gomes (2015) *Arquivo Municipal de Lisboa: Um Acervo para a História*. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa/Câmara Municipal de Lisboa, 275-287. <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/eventos/conferencias-jornadas/conferencias-coloquios/um-acervo-para-a-historia-ii/livro-de-comunicacoes/> (acesso 17/06/2019).
- Marat-Mendes, T., D'Almeida, P. B., Mourão, J., NIZA, S. & Ferreira, D. (2016) *Water and Agriculture Atlas: Lisbon Region 1900-1940 / Atlas da Água e da Agricultura: Região de Lisboa 1900-1940*. Lisboa: DINÂMIA/CET – Instituto Universitário de Lisboa. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/8985> (acesso 12/06/2019).
- Marat-Mendes, T. & Oliveira, V. (2013) Urban planners in Portugal in the middle of the twentieth century: Étienne de Groër and Antão Almeida Garrett. *Planning Perspectives*, 28 (1), 91-111.
- Martin, L. (1966) *Land use and built forms*, Cambridge: University of Cambridge.
- Martin, L. (1972) "The Grid as Generator", in L. Martin and L. March (1972) (ed.) *Urban Space and Structures*, Cambridge: University of Cambridge, 6–27.
- Martin, L. e March, L. (1975) *Urban Space and Structures*, Cambridge: University of Cambridge.
- Portas, N. (1965) *Estudos sobre habitação: relato sucinto dos contactos estabelecidos por ocasião do Congresso UIA*, Lisboa, LNEC.
- Portas, N. (2004) "Atelier Nuno Teotónio Pereira. Um testemunho, também pessoal", In A. Tostões (coord.), *Arquitectura e Cidadania. Atelier Nuno Teotónio Pereira*, Lisboa, Centro Cultural de Belém.



Portas, N. (2005) "Do Astro à Nebulosa, do Nó à Malha, da Malha aos Nós", texto apresentado na última aula na FAUP, 18/10/2004, In N. Portas (ed.), *Arquitectura(s). Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, Porto, FAUP Publicações.

Portas, N. (1969), *Funções e exigências de áreas da habitação*, Lisboa: LNEC Informação Técnica 4.

Portas, N. e Gomes, R. (1963) *Inquérito-piloto sobre necessidades familiares em matéria de habitação. 1º Relatório: Programa, amostra e resultado da fase de inquirição*, Lisboa, LNEC.

Toussaint, M. (1994) "Afirmção e crise da Cidade Moderna", In F. Gentil et al. (eds.) *Guia de Arquitectura Lisboa 94*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses.

UN General Assembly. (2015) *Transforming our world : the 2030 Agenda for Sustainable Development*, 21 October 2015, A/RES/70/1, available at: <https://www.refworld.org/docid/57b6e3e44.html> [accessed 17 June 2019].

### **Legislação**

Decreto-Lei Nº 28.797, de 1 de Julho de 1938

Decreto-Lei nº 33.278 de 24 de Novembro de 1943.